


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE IBATÉ**
**FORO DE IBATÉ**
**VARA ÚNICA**
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000549-51.2015.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Produto Impróprio**  
 Requerente: **Edi Carlos Pereira Santos**  
 Requerido: **Sony do Brasil Ltda**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido de indenização que EDI CARLOS PEREIRA SANTOS move em face de SONY BRASIL LTDA. Afirmar que adquiriu aparelho de telefonia celular que apresentou defeito, impedindo a utilização. Acrescenta que encaminhou o produto à assistência técnica sem que o vício fosse sanado. Requer a condenação da ré à restituição do valor pago e a indenização por danos morais em valor equivalente a dez vezes o preço do bem.

A ré ofereceu resposta às fls. 27/56 apontando a incompetência do Juizado Especial Cível para processamento da demanda e contrapondo os argumentos lançados na inicial. Sustenta que não houve vício, tratando-se, na verdade, de má utilização do produto, e assevera que o autor não suportou danos morais, impugnando o valor sugerido a esse título.

Houve réplica (fls. 60/63).

A requerida informou que não dispunha de outras provas a produzir (fls. 66). O autor postulou a realização de perícia (fls. 68).

A tentativa de conciliação restou infrutífera (fls. 76).

É o relatório.  
DECIDO.

Afasta-se a questão preliminar, pois inaplicável à hipótese.

Desnecessária a produção de outras provas, as quais estão, ou deveriam estar, presentes nos autos.

A ação procede em parte.

Autor é ré enquadrado nos conceitos de consumidor e fornecedor a que se referem os artigos 2º e 3º da Lei 8.078/90.

Além disso, de acordo com as regras ordinárias de experiência, verifica-se a menor aptidão do requerente para a produção das provas necessárias à efetivação de seu direito.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE IBATÉ**

**FORO DE IBATÉ**

**VARA ÚNICA**

**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Presente o requisito da hipossuficiência técnica, impõe-se a inversão do ônus da prova, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

A requerida, que postulou o julgamento imediato da lide (fls. 66), não se absteve satisfatoriamente do ônus que lhe competia, de demonstrar a regularidade do produto.

O laudo encartado à contestação (fls. 30), elaborado unilateralmente pela ré, é insuficiente para a finalidade a que se destina, porquanto não foi submetido ao contraditório e não indica qual seria o mau uso relatado.

Nesse aspecto, portanto, procede a pretensão inicial.

De outra parte, o desconforto pelo qual passou o autor não gera direito a indenização. Com efeito, não houve comprovação de negativação ou de outra consequência concreta.

Saliente-se que o mero aborrecimento, pequenas ofensas e percalços não geram o dever de indenizar. No caso, não houve a perturbação ou humilhação protegidas legalmente e aptas a gerar indenização.

Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça que “*só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente ao comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral*” (REsp nº 215.666-RJ, 4ª T., Rel. Min. César Asfor Rocha – grifo nosso).

Desse modo, sob pena de banalização, não entendo configurado, na hipótese, dano moral indenizável.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido de restituição, condenando a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.499,00 (fl. 18), atualizada desde o desembolso e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Arcará a requerida com honorários advocatícios de 15% do valor da condenação. De outra parte, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito de indenização por danos morais. Arcará o autor com honorários advocatícios de 10% do valor postulado a título de danos morais, observada a gratuidade judiciária. Cada parte arcará com as custas processuais por ela adiantadas.

Honorários em 100%. Expeça-se certidão.

Se interposta apelação, intime-se para contrarrazões e encaminhem-se os autos à Superior Instância com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 11 de outubro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA